

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária  
Período de Análise: dezembro de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico Biodiesel Br  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto É Dinheiro Rural  
Agroanalysis  
Carta Capital  
Biodiesel Br

## Índice

<b>Lula:Regularização fundiária para combater desmatamento</b> – Sítio eletrônico do MDA - 01/12/2010 .....	3
<b>Famílias terão de sair de área onde Dorothy militava</b> – Folha de São Paulo – Poder – 07/12/2010.....	4
<b>Em Cancún, ruralista pede mais árvores</b> - CLAUDIO ANGELO – Folha de São Paulo – Ciência – 07/12/2010.....	4
<b>Invasores de área onde viveu irmã Dorothy são obrigados a sair do local</b> – Sítio Eletrônico do MDA - 07/12/2010.....	4
<b>Condraf : Cassel destaca importância de política nacional para desenvolvimento rural</b> – Sítio eletrônico do MDA - 08/12/2010.....	5
<b>Ministério Público resgata 11 pessoas de trabalho escravo</b> – Jean-Philip Struck – Folha de São Paulo – 11/12/2010 .....	7
<b>MST promete ‘janeiro quente’ em São Paulo</b> – Chico Siqueira - O Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2010 .....	7
<b>Mais assassinatos no Pará geram indignação no MSTTR</b> – Sítio Eletrônico da Contag – 17/12/2010 .....	8
<b>Operação Arco Verde beneficia Amazônia</b> – Sítio Eletrônico do MAPA – 12/12/2010	9
<b>União pode retomar 90 milkm2 de terras de posseiros na Amazônia</b> – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida & - 18/12/2010.....	10
<b>Diplomatas orientam atenção com MST</b> – Ricardo Balthazar – Folha de São Paulo – Poder – 19/12/2010.....	12
<b>MST teria espões no Incrapara orientar invasões</b> – Tatiana Farah – O Globo – O Mundo – 19/12/2010 .....	12
<b>Preço da terra sobe nos EUA e geratemor de nova bolha</b> - Liam Pleven – Valor Econômico – Agronegócios – 20/12/2010 .....	14
<b>“Morte aos Sem Terra!” , dizem donos de terras no Pará</b> – Sítio Eletrônico do MST – 21/12/2010.....	17
<b>Incra: energia é problema de 56% dos assentados</b> – O Globo - O País – 22/12/2010 .....	19
<b>A estrangeirização da propriedade fundiária no Brasil</b> – Sítio Eletrônico do MST – 23/12/2010.....	20
<b>Lula deixa Brasil com menos desmatamento, mas lei está ameaçada</b> – Sítio Eletrônico do MST – 28/12/2010 .....	25
<b>Governo avança, mas não acaba com trabalho escravo</b> – Sítio Eletrônico do MST – 28/12/2010.....	26

## **Lula:Regularização fundiária para combater desmatamento – Sítio eletrônico do MDA - 01/12/2010**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu nesta quarta-feira (1), em Brasília (DF), o conjunto de ações do governo federal para reduzir os índices de desmatamento e viabilizar a conservação da biodiversidade na região Amazônica e outros biomas. Ao lado da ministra do Meio Ambiente, Izabela Teixeira, e do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, Lula destacou a regularização fundiária de trabalhadores rurais como estratégia de proteção ambiental. O presidente mencionou o Programa Terra Legal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e a concessão de unidades de conservação ambiental a associações de extrativistas, ação promovida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Em solenidade realizada no Palácio do Planalto, foram assinados contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) que vão beneficiar 2.609 famílias de ribeirinhos, extrativistas e seringueiros de Rondônia, Acre, Santa Catarina, Ceará e São Paulo. As áreas somam mais de 538 mil hectares. Das oito unidades de conservação concedidas, três foram repassadas pelo MDA, por meio do Incra. As outras cinco haviam sido transferidas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Com o documento, essas famílias tiveram sua situação ocupacional regularizada dentro de unidades.

Desde 2003, o Governo Federal já regularizou a situação fundiária de 23 Unidades de Conservação por meio de contratos de Concessão de Direito Real de Uso que abrangem mais de 1,4 milhão de hectares. O trabalho já beneficiou diretamente 29.732 famílias.

### Novas unidades

Além da regularização de comunidades tradicionais que vivem em unidades de conservação, o ICMBio recebeu outras cinco áreas de proteção ambiental. O MDA/Incra repassou a Floresta Nacional Santa Rosa do Purus (AC), a reserva biológica Uatumã (AM) e os Parques Nacionais da Serra da Cutia (RO) e Montanhas do Tumucumaque (AP). A SPU repassou o Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha (PE).

Com a transferência das áreas pelo MDA/Incra, 21 assentamentos de reforma agrária terão suas áreas de reserva legal regularizadas, cobrindo 114 mil hectares de terra, onde estão assentadas 4.908 famílias de trabalhadores rurais.

### Projetos diferenciados

A partir de 2003, o governo federal modificou a matriz produtiva da maioria dos assentamentos de reforma agrária. De lá pra cá, foram criados os chamados Projetos Ambientalmente Sustentáveis, formado por assentamentos agro-extrativistas, agro-

florestais e de desenvolvimento sustentável, cujo objetivo é manter a mata original de pé, conciliando a produção de alimentos e o equilíbrio ambiental das áreas. Atualmente, mais de 36 milhões de hectares de terras estão destinados para esta categoria de assentamentos, atendendo a 176 mil famílias.

**Famílias terão de sair de área onde Dorothy militava – Folha de São Paulo – Poder – 07/12/2010**

**DE SÃO PAULO** - A Justiça Federal do Pará determinou que 30 pessoas deixem uma área do assentamento na cidade de Anapu (PA) em que militava a missionária americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, assassinada em 2005. A liminar foi concedida em novembro após pedido do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Os moradores estão irregulares, diz o instituto, por vender madeira e ocupar uma área de reserva legal -o PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Esperança, idealizado por Dorothy. Segundo o vereador Luís Sena (PT), as famílias são trabalhadoras e não é assegurado que serão assentadas caso deixem o local.

**Em Cancún, ruralista pede mais árvores - CLAUDIO ANGELO – Folha de São Paulo – Ciência – 07/12/2010**

A presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), Kátia Abreu, apresentou ontem, em Cancún, um projeto de R\$ 20 milhões que visa plantar árvores nativas em propriedades rurais em todos os biomas brasileiros. Senadora pelo DEM de Tocantins, ela diz que queria um projeto "de verdade", e não uma "fantasia de ambientalista". Kátia, porém, voltou a defender as alterações no Código Florestal, que anistiam desmatadores.

A reforma proposta pelo deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), diz, é a única coisa capaz de dar segurança jurídica aos produtores. Ela já foi aprovada por comissão especial da Câmara, e os ruralistas querem votá-la em definitivo o quanto antes.

**Invasores de área onde viveu irmã Dorothy são obrigados a sair do local – Sítio Eletrônico do MDA - 07/12/2010**

Reintegração de posse de área no assentamento Esperança, em Anapu (PA), deverá ser cumprida nos próximos dias. A Justiça Federal do Pará deferiu, no último dia 4 de novembro, liminar ajuizada pela Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra (PFE/Incra), determinando a desocupação da área destinada à reserva legal do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Anapu I, popularmente conhecido como

Esperança, localizado no lote 55, Gleba Bacajá, a 687 km da capital. A área, que ficou internacionalmente conhecida devido ao assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, é irregularmente ocupada por 22 famílias, que terão de se retirar do local no prazo de dez dias, a partir da notificação. Os ocupantes são acusados de derrubar a floresta em busca de madeira.

Segundo o Relatório de Vistorias da Supervisão Ocupacional no PDS Anapu I, elaborado pela área técnica do Incra em Santarém em 4 de agosto de 2010, "há um intenso mercado de compra, venda e troca de terra" no local da ocupação e "tais pessoas vêm demarcando parcelas de 100 hectares e fazendo a derrubada de floresta para a introdução de roças com o objetivo de se estabelecerem na área da reserva legal do PDS".

A descrição dessa situação foi fundamental para a determinação do juiz da 9ª Vara Federal de Belém, Carlos Eduardo Castro. Na decisão, ele afirma que a permanência dos ocupantes na área, além de dificultar a implantação do PDS, representa inúmeros danos socioambientais, "haja visto o latente desmatamento que vem ocorrendo em razão da extração de madeiras ilegais e conflitos fundiários, o que pode acarretar, inclusive, mais mortes no local".

A ocupação não é recente. Em meados de 2008, uma equipe técnica do Incra identificou 16 famílias na área. Todas foram advertidas a abandonar o local, uma vez que se tratava de Reserva Legal e elas não possuíam anuência da autarquia para ocupar a área. A orientação do Incra não foi acatada e, desde então, o número de famílias subiu para 22.

Também há registro de outros conflitos fundiários de menor gravidade no lote, que se destina à criação de uma agrovila com substituição da pastagem pelo plantio de cacau pelas famílias assentadas nas 30 parcelas individuais. Além dessas, há mais 23 famílias que reivindicam ser assentadas nas parcelas, e outras 18 que já constam na Relação de Beneficiários (RB) do PDS, mas ainda não foram realmente assentadas.

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Anapu I foi criado em novembro de 2002 por meio da Portaria nº 39/2002. A área de aproximadamente 253.600 hectares abriga 183 famílias cuja subsistência é baseada no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental, mediante concessão de uso, em regime comunal, associativista, condominial ou cooperativista.

#### **Condraf : Cassel destaca importância de política nacional para desenvolvimento rural – Sítio eletrônico do MDA - 08/12/2010**

Um esforço para consolidar os acúmulos e as conquistas das políticas públicas para a agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária desenvolvidas nos

últimos oitos anos. Assim o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, definiu a minuta de Projeto de Lei da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR), apresentada nesta quarta-feira (8), em Brasília (DF), durante a 44ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). O encontro é parte da programação da Semana da Agricultura Familiar, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O texto define e estabelece princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, pela qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará o Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR). Além de propor o Projeto de Lei para o Congresso Nacional, o Condraf vai debater iniciativas similares em estados e municípios, para estimular e garantir as políticas públicas e iniciativas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.

Cassel, que é presidente do Condraf, destacou que a proposta “busca olhar para o futuro e garantir que o Estado tenha instrumentos legais adequados para avançar ainda mais no desenvolvimento sustentável, com maior equilíbrio entre o rural e o urbano e que valorize a agricultura familiar, o acesso a terra, a segurança alimentar e o desenvolvimento ambientalmente sustentável”.

O ministro lembrou que, hoje, o meio rural brasileiro conta com um conjunto de políticas públicas que não existiam anteriormente. “Foram oito anos em que coisas que pareciam fora do cenário da reforma agrária e da agricultura familiar se tornaram parte do cotidiano dos assentados e produtores”, afirmou Cassel, destacando a criação de novas linhas de crédito, seguro agrícola, o novo sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), garantia de preços e comercialização e os programas Territórios da Cidadania e Mais Alimentos. “O estado brasileiro estimulou e trabalhou muito para este setor econômico, e conseguimos mostrar para a sociedade como ele é tão importante.”

Cassel destacou a importância do Condraf na formulação destas políticas . Criado em 1999, o Conselho, vinculado ao MDA, é composto por 38 conselheiros(as), dos quais 19 representam órgãos do governo e 19, organizações ou entidades da sociedade civil com atuação no desenvolvimento rural sustentável, na agricultura familiar e na reforma agrária.

Como parte das atividades da Semana de Agricultura Familiar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável(Condraf) que completou dez anos de existência em 2010, comemora essa primeira década de trabalho para o desenvolvimento do Brasil rural na sexta-feira(10), de 8h às 13h, no Hotel Lakeside, com o Seminário Brasil Rural que Queremos: 10 anos do CONDRAF. A atividade contará com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, do Secretario de Desenvolvimento Territorial e do Condraf, Humberto Oliveira, do

professor Paul Singer, representando o Conselho Nacional de Economia Solidária(CNES), e de Renato Maluf, representando o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional(Consea), no painel de abertura que debaterá as políticas públicas de desenvolvimento rural nas quais o Condraf se envolveu nessa década.

**Ministério Público resgata 11 pessoas de trabalho escravo – Jean-Philip Struck – Folha de São Paulo – 11/12/2010**

Uma operação coordenada pelo Ministério Público do Trabalho resgatou 11 trabalhadores em condições análogas à escravidão em uma fazenda em Lábrea (AM), cidade próxima à divisa com Acre e Rondônia, na floresta amazônica. A ação foi realizada entre os dias 22 e 30 de novembro. De acordo com o Ministério Público do Trabalho, eles haviam sido aliciados em Porto Velho (RO) e passaram oito dias na mata derrubando árvores para abrir áreas para pastagem.

As vítimas, com idade entre 18 e 35 anos, dormiam em barracos de lona, sem proteção contra animais e insetos. Eles também consumiam a água de um igarapé e tinham que pescar para se alimentar. Nenhum dos trabalhadores usava equipamento de proteção individual, como luvas e óculos.

Ainda de acordo com o Ministério Público do Trabalho, os funcionários, que recebiam entre R\$ 1 e R\$ 2 por hectare desmatado, eram submetidos a longas jornadas de trabalho sob a supervisão de um "gato" (responsável por arregimentar mão de obra). "Era um tipo de confinamento, uma vez que os trabalhadores não podiam sair do local sem o apoio do empregador, que detinha o controle do transporte", afirmou o auditor fiscal do trabalho Klênio Lima.

**ISOLAMENTO**

A previsão era que a derrubada da mata fosse durar de 45 a 60 dias depois de iniciada. Segundo a promotoria, a região em que os trabalhadores estavam era tão isolada que a rodovia mais próxima ficava a 80 km de distância e o povoado vizinho, a 200 km. A equipe da Superintendência do Trabalho e Emprego do Amazonas, que resgatou os trabalhadores, teve que viajar de avião e depois rodar mais 200 km para chegar ao local. O órgão divulgou o resgate no último dia 6. Segundo o Ministério Público do Trabalho, o proprietário da fazenda pagará verbas rescisórias no valor de R\$ 900 e mais R\$ 1.000 por danos morais a cada trabalhador. O nome do fazendeiro não foi divulgado.

**MST promete ‘janeiro quente’ em São Paulo – Chico Siqueira - O Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2010**

O Movimento dos Sem-Terra (MST) anuncia nova onda de ocupações para o primeiro mês de 2011 no Estado de São Paulo. Olíder José Rainha chamou de “janeiro

quente” a ação que pretende ocupar dezenas de propriedades nas regiões do Pontal do Paranapanema, Noroeste, Alta Noroeste e Alta Paulista do Estado.

“Vamos começar o ano como ‘janeiro quente’, ocupando as propriedades que estão passivas de reforma agrária e as terras devolutas do Pontal do Paranapanema”, declarou Rainha na manhã de ontem, antes de iniciar o encontro do MST com cerca de 1,5 mil líderes sem-terra, no bairro rural de Engenheiro Taveira, em Araçatuba, a 535 quilômetros da capital paulista.

De acordo com Rainha, além de propriedades, a usina de álcool ETH Bionergia, do grupo Odebrecht, também está na mira da ocupação. “Essa usina, assim como mais de uma centena de propriedades rurais, está em terras que foram consideradas devolutas pela Justiça e terras devolutas são para reforma agrária”, disse, referindo à decisão do Tribunal de Justiça, de 26 de agosto, que considerou devolutas uma área de 92,6 mil hectares entre os municípios de Mirante do Paranapanema e Euclides da Cunha, no Pontal.

A ideia, segundo Rainha, não é paralisar a produção da usina.

“Não sou louco de paralisar 3 mil empregos diretos.” O plano, explica, é montar acampamento próximo da usina e chamar para negociação governos estadual e federal, proprietários da usina e MST. “Vamos propor que em troca daquela área que eles ocupam apresentem outra área para reforma agrária.”

No entendimento de Rainha, por terem sido consideradas devolutas, as terras do Pontal devem ser destinadas já para reforma agrária. A mesma proposta será feita aos fazendeiros da região, mas estes não ficarão livres das ocupações.

Além das propriedades do Pontal, outras propriedades nas regiões de Araçatuba (Noroeste), Andradina (Alta Noroeste) e Alta Paulista, também serão ocupadas pelos sem-terra. Segundo Rainha, nessas regiões há mais de duas dezenas de propriedades consideradas prioritárias para reforma agrária, mas processos judiciais travam a liberação.

“Vamos ocupar para pressionar o governo e a Justiça a dar andamento rápido ao processo de reforma agrária nessas regiões.”

Por questões estratégicas, Rainha não quis revelar a data do início das ocupações. Os líderes reunidos em Araçatuba planejavam para ontem a elaboração de uma pauta de reivindicações que será apresentada durante o “janeiro quente” e com a assinatura de lideranças de sindicatos de trabalhadores rurais ligados à Central Única dos Trabalhadores e de outros movimentos de sem-terra. Os líderes também planejavam para a tarde de ontem a aprovação de uma carta que será encaminhada à presidente eleita, Dilma Rousseff, por meio da qual vão pedir a manutenção de Raimundo Pires no comando do Incra-SP.

### **Mais assassinatos no Pará geram indignação no MSTTR – Sítio Eletrônico da Contag – 17/12/2010**

Quatro trabalhadores rurais, cujos nomes estariam na lista de marcados para morrer, foram assassinados no período de maio a outubro deste ano no Pará. Todos eles moravam em uma área ainda não desapropriada da Fazenda Cristalino, no município de Santana do Araguaia, ocupada por cerca de 600 famílias há dois anos.

Paulo Roberto Paim, José Jacinto Gomes, conhecido como Zé Pretinho, Givaldo Vieira Lopes e Lourival Coimbra Gomes, também chamado de Baiano, se desligaram de um movimento social em 2009 e criaram a Associação dos Pequenos e Médios Produtores



Rurais dos Retiros 1 ao 15, juntamente com outras famílias.

A partir desse fato, passaram a ser ameaçados por um grupo de grileiros. O presidente da Fetagri-PA, Carlos Augusto Silva, faz um apelo ao governo para punir os criminosos. “Na verdade, a Fetagri vem condenar de forma rigorosa essa rearticulação da violência, nós estamos cobrando da Polícia, da Secretaria de Segurança Pública e do Poder Judiciário ações enérgicas no sentido de combater a volta dessa violência no campo”.

O dirigente afirma que o Pará é uma região que tem grandes conflitos fundiários, muitas áreas que são griladas durante muitos anos e são objeto de especulação financeira por grandes fazendeiros da região. “E esse fato dos assassinatos é, na verdade, o braço armado do latifúndio, que está, mais uma vez, intimidando, matando, eliminando trabalhadores rurais sem terra”, denuncia o sindicalista.

Campanha – Carlos Augusto lembra que há quatro anos foi feita, no Pará, uma campanha de combate à violência no campo com a adesão de mais de 700 pessoas, além das viúvas dos agricultores assassinados. Com os últimos acontecimentos, o dirigente admite que será preciso fazer novas campanhas em 2011 com o objetivo de repudiar e denunciar para a sociedade e o Estado a continuidade dos atos violentos na área rural.

**Fonte:** Verônica Tozzi, Agência Contag de Notícias

### **Operação Arco Verde beneficia Amazônia** – Sítio Eletrônico do MAPA – 12/12/2010

Brasília – O governo federal tem trabalhado de forma integrada para alcançar metas da Operação Arco Verde, em funcionamento desde 2008, segundo o secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Manoel Bertone, que encerrou o 2º Encontro Nacional da Operação Arco Verde, na noite desta segunda-feira, 13 de dezembro, em Brasília. Para Bertone, inúmeros programas em execução na Amazônia vão proporcionar a utilização adequada da terra e a geração de renda para os agricultores da região.

O secretário citou como exemplo o Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo, que desenvolve variedades propícias para a região, vinculando a opção pela cultura à titularização da terra e ao financiamento das atividades a longo prazo. A ação envolve os ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República.

Os 43 municípios atendidos pela Operação Arco Verde estão localizados nos estados de Mato Grosso, Rondônia, Pará e Roraima. A iniciativa promove a cidadania, saúde e apoio agropecuário. Entre as ações do Ministério da Agricultura está o investimento de mais de R\$ 12 milhões na aquisição de patrulhas mecanizadas, equipamentos agrícolas, treinamento de técnicos e recuperação de estradas, de 2008 a 2010.

Para 2011, como parte das ações da operação, o ministério vai reforçar o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas na Amazônia com mais R\$ 4 milhões, priorizando os municípios que apresentam áreas degradadas, ociosas ou subprodutivas.

Trata-se de uma ação conjunta com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que prevê investimentos nos próximos 18 meses, para a reincorporação dessas áreas ao processo de produção agropecuária sustentável. A medida visa contribuir para diversificar e aumentar a oferta de alimentos, energia e madeiras nas áreas degradadas e para a redução do desmatamento da floresta nativa.

Segundo Bertone, quem plantar palma na região vai colher, em três anos, a primeira safra e após seis anos terá uma produção razoável. Para apoiar o agricultor, o governo financia a cultura a juros baixos, por meio do Programa de Produção Sustentável da Palma, e dá assistência técnica, garantindo o desenvolvimento da área e a distribuição de renda.

Durante o encontro, o prefeito do município de Mato Grosso do Sul, Peixoto de Azevedo, Sinvaldo Brito, representante das regiões que integram a Operação Arco Verde recebeu, simbolicamente, títulos de propriedade de terra de 14 municípios. A ideia é que esse exemplo se multiplique em relação à concessão de titularidade da terra e em termos de produtividade em condições sustentáveis, respeitando o meio ambiente, preservando a Amazônia.

#### Operação Arco Verde

O objetivo da Operação Arco Verde é promover o desenvolvimento sustentável da região, com prioridade de combater o desmatamento da Amazônia Legal. Lançada em 2008, a operação deu início a uma série de políticas e ações públicas de estímulo à produção sustentável. O projeto conta com o apoio de oito ministérios: Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Cidades, Integração Nacional, Trabalho, Justiça e Saúde.

Estima-se que existam hoje cerca de 70 milhões de hectares de pastagens degradadas no Brasil – 16 milhões somente na Amazônia –, além de 17 a 18 milhões de hectares de áreas desmatadas abandonadas pelos produtores após um período de exploração agrícola. (*Sophia Gebrim*)

### **União pode retomar 90 mil km<sup>2</sup> de terras de posseiros na Amazônia – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida & - 18/12/2010**

Uma área na Amazônia de aproximadamente 90 mil quilômetros quadrados – o equivalente a 60 vezes a cidade de São Paulo – poderá ser retomada pela União. Isso porque seus atuais ocupantes não se apresentaram para o cadastramento no programa de regularização fundiária do governo.

Ao final da primeira etapa de cadastramento dos posseiros, que alcançou 84,2 mil ocupações desde 2009, o Ministério do Desenvolvimento Agrário lançará uma convocação aos ocupantes de áreas mais consolidadas de exploração econômica na Amazônia e também nas bordas da região mais preservada da floresta, além de uma área menor no chamado “coração” da floresta.

A avaliação é de que os atuais ocupantes de 30% da área alcançada nessa primeira etapa da regularização fundiária não se apresentaram ao cadastramento do Terra Legal, calcula o coordenador do programa, Carlos Guedes. “Depois do processo de chamada compulsória, o governo vai retomar as áreas”, disse.

As terras retomadas serão destinadas a novas unidades de conservação do bioma ou serão usadas para compensar passivos ambientais de assentamentos de reforma agrária na região, prevê proposta em discussão no governo, a que o **Estado** teve acesso.

O documento Diretrizes para a Destinação Sustentável das Terras Federais na Amazônia Legal prevê o uso de terras remanescentes para o assentamento de atingidos por barragens de grandes hidrelétricas na região.

Acima do limite. Uma das principais razões para a não apresentação dos ocupantes para cadastramento seria o tamanho do imóvel, acima dos limites permitidos pela regularização fundiária, de até 15 módulos fiscais. A expectativa do governo é de que apareçam grandes ocupações irregulares de terras públicas a partir do cadastramento e do trabalho de georreferenciamento das terras.

Até terça-feira, o Terra Legal havia cadastrado 84,2 mil posseiros na Amazônia. A maioria deles terá direito aos imóveis sem nenhum custo, porque as posses não ultrapassam 1 módulo fiscal (até 100 hectares, dependendo do município). Esse grupo reúne 65% dos cadastrados até agora.

As pequenas posses, de 1 a 4 módulos, representam 27% do total. Já nas propriedades médias, de 4 a 15 módulos, encontram-se 7,8% dos inscritos no programa de regularização. O preço a ser pago vai variar de acordo com a localização dos terrenos, sempre abaixo do preço de mercado. Há hectare sendo vendido a R\$ 2,99, segundo o **Estado** informou em maio (*mais informações nesta página*).

Os terrenos acima de 15 módulos só poderão ser comprados pelos ocupantes por meio de licitação.

Por ora, apareceram 168 pretendentes aos imóveis maiores.

O Pará foi o Estado com o maior número de cadastrados (66,3% do total). Os inscritos declararam agricultura e pecuária como atividades econômicas predominantes nas áreas da União ocupadas irregularmente.

O programa de regularização fundiária da Amazônia foi lançado em 2009 e abriu caminho ao reconhecimento das posses ocupadas até dezembro de 2004.

Até o final do ano que vem, o governo pretende regularizar 560 mil quilômetros quadrados de terras públicas, o equivalente a mais de duas vezes o tamanho do Estado de São Paulo.

Um campo de futebol por apenas R\$ 2,99

No final de maio, o **Estado** revelou que um pedaço de terra pública na Amazônia pode custar R\$ 2,99 por hectare (a dimensão de um campo de futebol) ou até menos ao atual ocupante, de acordo com a nova tabela de preços definida pelo governo.

O preço mais baixo dos terrenos foi objeto de intenso lobby ruralista e descontos aos candidatos a títulos de terras na Amazônia por meio do programa de regularização fundiária Terra Legal foi definido em portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Simulações de preços mostraram que um terreno de 200 hectares no município de Manoel Urbano (AC) poderá ser vendido ao atual ocupante por menos de R\$ 600, pagos em 20 anos em parcelas anuais, com três anos de carência e juros de 1% ao ano. Neste caso, o hectare sairá por R\$ 2,99.

**Diplomatas orientam atenção com MST** – Ricardo Balthazar – Folha de São Paulo – Poder – 19/12/2010

Diplomatas americanos que assistiram ao declínio sofrido pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) nos últimos anos recomendaram ao governo dos Estados Unidos que continuasse acompanhando as suas ações com atenção. "Embora a base social do MST tenha encolhido, não desapareceu, e a crise econômica global pode dar gás à causa", escreveu em 2009 o cônsul dos EUA em São Paulo, Thomas White, em telegrama para Washington. O documento faz parte de pacote com milhares de despachos diplomáticos obtidos pela organização WikiLeaks. A **Folha** e outros seis jornais têm acesso antecipado ao material, antes da sua divulgação no site da organização ([www.wikileaks.ch](http://www.wikileaks.ch)). Os telegramas mostram que os diplomatas se empenharam para entender as razões que levaram o MST a perder força política, consultando especialistas acadêmicos, funcionários do governo e aliados do movimento. A conclusão dos diplomatas foi que o crescimento da economia, o agronegócio e os programas sociais do governo fizeram minguar o apelo do MST onde ele costumava recrutar militantes, revelam os despachos. Mesmo assim, os diplomatas disseram a superiores que era cedo para deixar de prestar atenção no movimento. "A organização está respondendo aos desafios radicalizando suas ações, distanciando-se do presidente e ampliando sua mensagem", anotou White num informe. A invasão de uma fazenda controlada por um grupo americano em Minas, em 2005, levou a Embaixada dos EUA em Brasília a procurar diretamente as autoridades locais para se informar. A conclusão foi que a ação do MST não tivera nenhuma relação com a nacionalidade dos donos da propriedade.

---

Colaborou **FERNANDO RODRIGUES,** de Brasília

**MST teria espíões no Incra para orientar invasões** – Tatiana Farah – O Globo – O Mundo – 19/12/2010

OMST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) usou informantes dentro do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para ocupar as terras que serão desapropriadas pelo governo. A afirmação consta de telegramas enviados por diplomatas dos Estados Unidos ao Departamento de Estado americano e revelados ao GLOBO pelo grupo WikiLeaks. Os diplomatas acusam ainda os sem-terra de alugarem lotes dos assentamentos para o agronegócio no Pontal do Paranapanema (SP) e avaliam que o governo Lula esvaziou o movimento, que teve de se "reinventar". "A prática do MST de distribuir lotes de terra fértil a seus fiéis e de alugar a terra de novo ao agronegócio é irônica, para dizer o mínimo. O presidente Lula tem sido flagrantemente silencioso com suas promessas de campanha de apoiar o MST por uma boa razão: uma organização que ganha terra em nome dos sem-terra e que depois a aluga para as mesmas pessoas de quem tirou tem um sério problema de credibilidade",

escreve o cônsul-geral São Paulo, Thomas White, em 29 de maio do ano passado. O comentário foi feito após o diplomata ouvir um relatório de seu assessor econômico, que conversara com empresários de Presidente Prudente, onde “poucas pessoas” apoiam o movimento social.

O assessor econômico ouviu também o historiador americano Clifford Welch, que integra o Nera (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos em Reforma Agrária). Considerado por White como “pró-MST”, o pesquisador revela que o movimento usa seus contatos dentro do Incra para determinar qual será a próxima fazenda desapropriada. “Welch disse ao assessor econômico que o Incra não torna essa informação publicamente disponível e que o MST só poderia acessá-la por meio de informantes dentro do Incra”, informa o cônsul-geral. Segundo White, o Incra, usualmente, não desapropria com rapidez e, assim, “o MST invade a terra como prometido”.

‘Lula aprendeu que a questão não é fácil’

Sete telegramas enviados ao Departamento de Estado entre 12 de abril de 2004 e 29 de maio de 2009 mostram a atenção dos americanos para o que consideram um declínio do movimento sem-terra no Brasil. Para os EUA, o MST decaiu justamente pela ação de um de seus aliados de primeira hora: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com o Bolsa Família e, posteriormente, as políticas de geração de emprego, o presidente teria desmobilizado a luta no campo. Já o programa de reforma agrária é visto com desconfiança desde o princípio, como escreve a então embaixadora Donna Hrinak, em 2004: “Durante a campanha presidencial de 1994, ele (Lula) disse: ‘Com uma simples canetada, eu lhes darei tanta terra que vocês não serão capazes de ocupá-la’. Como presidente, ele tem aprendido que não é um problema de tão fácil resolução”, escreve a embaixadora. Segundo ela, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso assinou “frustrado” a MP 2183 em 2000, que trata da reforma agrária, para conter uma onda de invasões do final dos anos 90.

Hrinak é ácida ao tratar do líder do MST João Pedro Stédile: “Ele frequentemente faz comentários inúteis (no ano passado, clamou por uma guerra contra os fazendeiros), anunciando recentemente: ‘Abril será um mês vermelho. Vamos fazer da vida um inferno. Abril pegará fogo’”. A embaixadora prossegue contando que, criticado no Congresso, Stédile “voltou atrás”.

Em 24 de março de 2006, o então cônsul-geral de São Paulo, Christopher McMullen, reportou aos EUA que o grupo não atrai “muita simpatia da imprensa nem do público”. E apresenta números de invasões de terra em São Paulo, que seriam, segundo as lideranças do MST paulista, uma cobrança por promessas não cumpridas do governador Geraldo Alckmin (PSDB), que concorreria à Presidência.

Ao falar do mês de protestos dos sem-terra, o “abril vermelho”, que marca o massacre de Eldorado de Carajás, McMullen destaca que o MST e outras organizações de camponeses têm atacado não só propriedades de terra, mas o “agronegócio”, como a Aracruz Celulose e a Sygenta. Dois anos depois, já com Thomas White no lugar de cônsul-geral, os EUA são informados de uma mudança nas estratégias do MST: “Estão enfrentando uma significativa mudança em sua organização”.

O número de integrantes cai lentamente, assim como o número de invasões que realiza. Alguns observadores citam o programa de transferência de renda para os pobres, o Bolsa Família, como fator de declínio das atividades do MST. Além disso, o MST esperava por maior vontade política do governo Lula na redistribuição de terras. Uma aparente indisposição de parte do governo para fazer isso pode estar desgastando o MST e levando-o a procurar a acomodação em vez do confronto”.

Em outro telegrama, de 2008, um diplomata escreve que o MST teve de “se reinventar” como movimento. O alvo é mesmo o agronegócio, esse tipo de empresa e a defesa do

meioambiente. A decepção dos líderessem-terra com o presidente Lula é grande, explicamreligiosos do Nordesteaosdiplomatasamericanos, mas as críticasnãoopodemserfeitas publicamente. “Esperavammaissuporte do presidente Lula, mas nãoopodemcriticá-lo porqueele é muito popular com seu eleitoradograçasaoBolsaFamília. Então, o jogo tem de serfeitonosbastidores. As invasõessãomoedas de troca, daí algunscréditosousubvençõesparaosparceiros do movimentoquegarantam a paz”, escreve Page, do consuladopaulista. “Assimcomo no Sul do Brasil, o MST e seuscompanheiros de viagemnasempreemdesvantagemregiãoNordeste parecemestarmudandosuasáticas: com o confrontomenosatraente, elesparecemestar se reposicionandoparatentar embarcar no ‘trem da alegria’ do governo”.

Em 1º de abril do ano passado, o cônsul White escrevequeemseus 25 anos, o MST não tem o quecomemorar. “Cada vezmaisignoradopelosseus ex-partidários, o presidente Lula e seu PT, e reduzidotantopelocrescimentoeconômico quantopelosefeitospositivos do BolsaFamília, o MST encontra-se nadesensiva”, diz ele. “A organizaçãoestárespondendo aosdesafiosradicalizandosuasações”. O diplomatacita a ocupação da fazenda do banqueiro Daniel Dantas, no Pará, “umbanqueirobrasileiro sob investigação de corrupção”. Apesar de acreditar num enfraquecimento do MST, o diplomata americano avalia que haverá muitos anos de “abril vermelho pela frente”: “Embora a base social do MST tenha diminuído, ela não desapareceu. White, aponta outro problema: “No Brasil, o sistema de posse de terra continua cheio de problemas de ordem jurídica”.

### **Preço da terra sob os EUA e gerador de nova bolha - Liam Pleven – Valor Econômico – Agronegócios – 20/12/2010**

Os preços das terras para agricultura voltaram a ter forte alta nos Estados Unidos. Será que estamos nos aproximando de uma nova rodada de shows de Willie Nelson para socorrer o setor? A onda de alta das terras traz à memória a crise das dívidas agrícolas dos anos 80, quando agricultores pegaram empréstimos enquanto os preços das propriedades disparavam, para depois deparar-se com o estouro da bolha e as resultantes execuções de propriedades.

As dificuldades dos agricultores levaram vários músicos, encabeçados por Nelson, a realizar grandes concertos “Farm Aid”, de auxílio aos agricultores.

As terras agrícolas voltaram a ser uma commodity atraente — apesar das dificuldades no setor imobiliário. As terras vêm atraídas desde investidores institucionais e donos de grandes fortunas agrícolas.

Muitos investem em fundos de terras para cultivo, enquanto alguns agricultores procuram expandir suas operações.

“Simplesmente ficou algo atraente nos últimos tempos”, afirma Shonda Warner, sócia-gerente da Chess Ag Full Harvest Partners, que tem um fundo com cerca de US\$ 50 milhões investido em terras agrícolas em quatro Estados.

O valor da terra na importante área a norte do Meio-Oeste dos EUA subiu 10% no terceiro trimestre em comparação ao mesmo período de 2009, segundo o Federal Reserve Distrital de Chicago.

Outra agência regional do banco central, a de Kansas City, informou que o preço das terras agrícolas irrigadas aumentou 12% no Kansas e em Nebraska no mesmo período. Essa alta aconteceu depois de um aumento de 55% em termos reais ao longo dos últimos dez anos.

Os investidores despejam dinheiro não apenas nos melhores solos dos EUA, mas também em áreas agrícolas importantes no exterior.

Alguns esperam que a terra se valorize. Outros apostam que os países de maior crescimento econômico terão de importar mais alimentos para atender suas populações, cada vez mais ricas, o que elevará a renda gerada pelas terras.

Em outubro, o Teachers Insurance & Annuity Association of America, parte do gigantesco fundo de pensão Tiaa-CREF, basicamente de professores, comprou o Westchester Group, que já administrava parte dos investimentos do Tiaa em terras. O Tiaa tem quase US\$ 2 bilhões investidos em mais de 400 fazendas nos EUA, América do Sul, Austrália e Leste Europeu.

A George Washington University, em Washington, começou a comprar em 2007 e agora tem US\$ 80 milhões investidos em terras cultiváveis. Do total, 25% estão nos EUA e o restante no exterior — incluindo investimentos em um fundo que arrenda terras na Polônia.

O Luminous Capital, empresa de consultoria em investimentos em Los Angeles e Menlo Park, Califórnia, que atende a donos de grandes fortunas, aplicou US\$ 45 milhões do dinheiro de seus clientes em um fundo que planeja comprar 20 a 25 fazendas produtoras de milho, algodão e trigo.

“Acreditamos que os mercados emergentes continuarão a crescerem riqueza”, diz Kim Ip, que administra a carteira de investimentos em terras da Luminous. Isso significará alta no consumo de carne, o que, por sua vez, levará à demanda maior por grãos para ração.

As fazendas nos EUA estão bem posicionadas para se beneficiar da forte demanda mundial pelas principais culturas, pois produzem bem mais do que os americanos consomem. Fornecerão mais da metade das exportações mundiais de milho e mais de 40% das exportações de soja e algodão nesta safra, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA).

As exportações podem ajudar os agricultores a ganhar receitas significativas, particularmente em um momento de preço sem alta.

As cotações dos grãos subiram neste verão setentrional, após a duras seca na Rússia,

que levou o país a proibir as exportações de trigo.

Os preços do milho e trigo avançaram mais de 65% recentemente desde as baixas de junho, enquanto a soja subiu quase 40%.

A terra para agricultores nos EUA também está ficando mais escassa, o que pode impulsionar seu valor.

A área de terra que pode ser trabalhada diminuiu de forma constante há mais de meio século, de 1,2 milhão de acres em meados dos anos 50 para menos de 920 milhões de acres em 2009, segundo o USDA.

A agricultura, no entanto, caracteriza-se por ser um negócio arriscado.

Investidores de fora do setor normalmente recorrem a arrendatários ou empresas de gestão para administrar o dia a dia das propriedades, o que aumenta o valor dos agricultores mais capacitados.

As lavouras também estão expostas aos caprichos da natureza.

“O maior risco é operacional”, afirma Don Lindsey, chefe de investimentos da George Washington University. Ele tenta mitigar o risco de investir em regiões diferentes sob o comando de administradores também diferentes.

Os altos preços aumentam o risco de que os compradores estejam pagando excessivamente, diz Jim Grant, editor do boletim financeiro Grant's Interest Rate Observer.

“Tenho preocupação com os agricultores mais idosos de Iowa que estão comprando 80 ou 100 acres de seus vizinhos porque as taxas de juros são extremamente baixas”, afirmou em um discurso no mês passado, em Cingapura. E também há a possibilidade de o valor das terras despencarem de novo.

O secretário de Agricultura dos EUA, Tom Vilsack, diz que a situação agora é diferente. “Não acho que estejamos vendendo uma bolha, simplesmente porque acho que as pessoas vêm sendo bem mais conservadoras com as dívidas”, diz.

De qualquer forma, a crise recente leva as autoridades a observarem a situação de perto. “Não queremos que se torne um problema”, afirma Richard Brown, economista-chefe do Federal Deposit Insurance Corp., quem monitora as instituições de crédito.

A Farm Aid, organização que surgiu a partir dos concertos originais, e da qual Nelson continua presidente do conselho, vem focando seus recentes esforços em outras preocupações do mundo agrícola, segundo uma porta-voz. Mas “estamos definitivamente observando a situação”, acrescenta.



**“Morte aos Sem Terra!” dizem donos de terras no Pará** – Sítio Eletrônico do MST – 21/12/2010

Oracíio Araújo Barros, o Fusquinha, se estivesse vivo completaria 45 anos no último dia 17 de dezembro. Dirigente do MST no estado do Pará, foi assassinado em 26 de março de 1998, no despejo irregular da fazenda Goiás II, em Parauapebas (PA).

O crime de Fusquinha até hoje não teve sequer julgamento, assim como de Doutor, como era conhecido Valentim Serra, morto também no mesmo dia e circunstância.

Seus algozes vivem tranquilamente no mesmo município que ocorreram os crimes, sobretudo o mandante, Carlos Antonio da Costa (Carlinhos), dono de uma rede de lojas de material de construção na região sul do Pará, e o executor, o fazendeiro conhecido por matador Donizete, o José Marques.

Num almoço no último domingo de novembro, em comemoração ao aniversário de um sobrinho de Donizete, a corja de fazendeiros se reuniu.

O assunto, entre um grupo de menos de oito senhores fazendeiros, muitos deles já ex-agenários, iniciou-se pelos novos negócios. Donizete estava entusiasmado com a venda de terras para a Companhia Vale do Rio Doce. “O negócio agora é esse: adquirir terras e mais terras e vender para a Vale, elas pagam muito bem”.

Mas os nomes MST e sem-terra foram lembrados com raiva, com discursos inflamados na conversa. “Somos uma classe desunida, temos que agir juntos”, dizia um senhor com a face avermelhada de nervosismo, sentado ao centro da mesa.

Outro fazendeiro indignado, recordando a ocupação do MST, em agosto na fazenda Marambaia, em Parauapebas concordou: “é mesmo, se aqueles dias da ocupação estivéssemos feito alguma coisa, aqueles vagabundos não estariam hoje na fazenda de nossa colega”.

A Fazenda Marambaia, segundo laudo do Incra de Marabá, é improdutivo e parte grilada.

Observado por Donizete, mais um dos colegas donos de terras levanta e decretadiante das falas dos presentes: “morte aos sem terra!”. Palavras que tiraram um belo sorriso do assassino de Fusquinha e Doutor.

Domingo adentro, as senhoras dos fazendeiros falavam de moda, cirurgia plástica e novela, ele stomavam cachaca e intercalavam seus assuntos sobre suas grandes extensões de terras griladas e improdutivoas, suas belas caminhonetes conseguidas por financiamento público...

Além disso, hostilidades àqueles que lutam por um pedaço de terra no Pará. Assim terminaram mais um dia impunes.

### **Eis a chacina**

Em relação a o caso da morte do Fusquinha, o advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT), José Afonso Batista, afirma que “o processo está parado justamente porque envolve esses fazendeiros empresários de grande influência na região”.

Na época, Carlinhos, temeroso pela perda de parte da fazenda Goiás II, desapropriada pelo Incra em 1980, virando o assentamento Carajás II e ocupado pelo MST no fim de 1997, “planejou o despejo ilegal das famílias e a morte de lideranças da região, como a de Fusquinha”, revela Batista.

Carlinhos entrou na justiça, no município de Parauapebas, com um pedido de reintegração de posse e conseguiu um alvará para o despejo, mas como a ação do júri demorava, resolveu agir junto a outros fazendeiros da região, que temiam também perder suas terras adquiridas de maneira irregular.

Batista relata que tudo foi forjado: “Eles agiram por conta própria, compraram o oficial de justiça e fecharam um acordo financeiro com onze policiais militares, que inclusive atuaram no massacre de Eldorado de Carajás, em 17 de abril de 1996”.

### **Aliados**

Testemunhas que estavam no dia revelaram a Batista que a ação de despejo aconteceu totalmente orquestrada, pois enquanto os fazendeiros faziam churrascos na sede da fazenda, mandamos oficiais de justiça junto com policiais contratados e pistoleiros para “pedirem” a saída das famílias.

Batista revela o relato de alguns campades sobre a negociação: “os oficiais de justiça foram lá e pediram a saída deles, diziam que tinham caminhões à disposição das famílias para levarem suas coisas e que era melhor sair por bem, com eles, ou por mal com a ação violenta dos fazendeiros”.

As famílias, com medo das ameaças dos oficiais de justiça e com a presença de pistoleiros e policiais fortemente armados, já estavam todas nas carrocerias dos caminhões quando chegou Fusquinha acompanhado de Doutor.

Os dois tentaram argumentar sobre a saída da área. “O Fusquinha dizia que era ilegal o despejo, que ali era um assentamento”, diz Batista.

Não demorou muito, conforme testemunhas relataram, para Fusquinha e Doutor serem cercados pelos fazendeiros armados e embriagados. “Fusquinha ainda conseguiu se desvencilhar e conversar com algumas famílias para voltarem, foi quando escutou três disparos contra o Doutor,

feitos por Donizete. Na tentativa de impedir, correu na direção do assassino, quando também foi ferido por Donizete três disparos contra ele”.

### **Testemunhas**

As testemunhas dos acontecimentos do dia 26 de março de 1998 praticamente inexistem hoje.

Embora muito trabalhadores que estavam nas carrocerias dos caminhões tenham sido ouvidos na fase do inquérito, eles sumiram depois da morte da principal testemunha.

“Mataram o motorista do caminhão que trouxe Fusquinha e Doutor. Elenão era do MST, era neutro, o que pesaria muito seu depoimento”, avalia Batista.

O processo continua na Comarca de Parauapebas. “Recolhem todos os documentos de matéria na época, enviamos para os juízes que passaram a atuar no processo para levar a júrios mandantes e o assassino, mas até agora nada de concluir o processo dos acusados” desabafa Batista.

### **Incrá: energia é problema de 56% dos assentados – O Globo - O País – 22/12/2010**

BRASÍLIA. Uma pesquisa do Incrá revela que os assentados da reforma agrária ainda sofrem com falta de estradas, de energia e de acesso a crédito. Pelo levantamento, 56,17% dos assentados não têm energia elétrica ou a têm de forma irregular. E 57,89% consideram ruins ou péssimas as estradas que usam para se chegarem aos assentamentos ou para escoar a produção.

Pesquisadores encontraram casos em que assentados no Pará são obrigados a caminhar por quatro ou cinco dias para vender bois. Os assentamentos ficam distantes até mesmo das estradas secundárias, por onde circulam caminhões de compradores de gado. A pesquisa informa ainda que 47,78% não recebem financiamentos do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar).

Acesso a crédito com juros baixos é uma das principais reivindicações dos agricultores. Para muitos deles, sem ajuda financeira, a produção se torna inviável. O estudo mostra que 42,88% dos assentados chegaram, no máximo, à 5ª série e 16,42% são analfabetos. A melhoria do sistema educacional é reivindicação permanente nos assentamentos. Pelo que a pesquisa indica, as respostas oferecidas pelo governo até agora não são suficientes. Na saúde, a situação

é ruim: 55,74% dos assentados consideram ruim ou péssimo o acesso a postos de saúde ou hospitais públicos. Apesar dos problemas, 60% dos entrevistados disseram que em termos de renda, alimentação, educação e moradia estão em situação “melhorou muito melhor” que na fase anterior à vinda aos assentamentos.

**A estrangeirização da propriedade fundiária no Brasil**– Sítio Eletrônico do MST – 23/12/2010

Estamos assistindo nos últimos tempos a um crescimento do interesse e busca por terras em todo o mundo, especialmente em razão da demanda por alimentos, agroenergias e matérias primas. Segundo recente estudo do Banco Mundial, de 2010, a demanda mundial por terras tem sido enorme, especialmente a partir de 2008, tornando a “disputa territorial” um fenômeno global. A transferência de terras agricultáveis (ou terras cultivadas) era da ordem de quatro milhões de hectares por ano antes de 2008. Só entre outubro de 2008 e agosto de 2009, foram comercializados mais de 45 milhões de hectares, sendo que 75% destes na África e outros 3,6 milhões de hectares no Brasil e Argentina, impulsionando aquilo que se convencionou chamar, na expressão em inglês, de “land grabbing”.

Uma constatação fundamental do estudo do Banco Mundial é que o crescimento da produção agrícola e, conseqüentemente, das demandas e transações de compra de terras, se concentra na expansão de apenas oito commodities : milho, soja, cana-de-açúcar, dendê (óleo), arroz, canola, girassol e floresta plantada. A participação brasileira se dá fundamentalmente nos três primeiros produtos. Melhores preços dos agrocombustíveis e os subsídios governamentais levaram à expansão desses cultivos. Em 2008, a estimativa era de 36 milhões de hectares a área total cultivada com matérias-primas para os agrocombustíveis no mundo, área duas vezes maior que em 2004. Deste total, 8,3 milhões de hectares estão na União Européia (com cultivo de canola), 7,5 milhões nos Estados Unidos (com milho) e 6,4 milhões de hectares na América Latina (basicamente com cultivos de cana no Brasil).

Ainda segundo o mesmo documento, em torno de 23% do crescimento da produção agrícola mundial se deu em função da expansão das “fronteiras agrícolas”, apesar de que o aumento mais expressivo (cerca de 70%) da produção é resultado do incremento da produtividade física. As razões dessa expansão da produção (e também do volume das transações de terras) foram: a) demanda por alimentos, ração, celulose e outros insumos industriais, em conseqüência do aumento populacional e da renda; b) demanda por matérias-primas para os agrocombustíveis (reflexo das políticas e procura dos principais países consumidores), e c) deslocamento da produção de commodities para regiões com terra abundante, mais barata e com boas possibilidades de crescimento da produtividade.

Um dos dados mais significativos neste estudo do Banco Mundial é a caracterização dos atuais demandantes de terras no mundo: a) governos preocupados com o consumo interno e sua incapacidade de produzir alimentos suficientes para a população, especialmente a partir da crise alimentar de 2008; b) empresas financeiras que, na conjuntura atual, encontram vantagens comparativas na aquisição de terras e, c) empresas do setor agroindustrial que, devido ao alto nível de concentração do comércio e processamento, procuram expandir seus negócios.

Após a crise dos preços dos alimentos, em 2008, e das previsões de demanda futura, não é surpreendente o crescente interesse de governos – puxados pela China e por vários países árabes – pela aquisição de terras para a produção de alimentos para satisfazer o consumo doméstico. Chamam a atenção, no entanto, os investimentos do setor financeiro, historicamente avesso à imobilização de capital, especialmente na compra de terra, um mercado caracterizado pela baixa liquidez.

Na mesma perspectiva do levantamento do Banco Mundial, estudos encomendados pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do governo brasileiro, mostram que houve um crescimento significativo de investimentos estrangeiros diretos (IEDs) totais no Brasil a partir de 2002 (107% entre 2002 e 2008, passando de 4,33 a 8,98 bilhões de dólares no mesmo período). Segundo o jornal O Globo, o IPEA mostrou que os IEDs no setor primário brasileiro passaram de US\$ 2,4 bi, em 2000, para US\$ 13,1 bi, em 2007, sendo que a alta de 445% foi puxada pela mineração, que respondeu por 71% do total recebido nesse último ano. Também houve crescimento da participação externa nas atividades agropecuárias como, por exemplo, no cultivo da cana-de-açúcar e da soja e na produção de álcool e agrocombustíveis, especialmente por meio da compra e fusões de empresas brasileiras já existentes.

Apesar de não existir um levantamento mais sistemático, é possível concluir que esses investimentos estrangeiros no setor primário brasileiro resultam também na aquisição de muitas terras. De acordo com levantamento realizado pelos estudos do NEAD, no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), existiam 34.632 registros de imóveis em mãos de estrangeiros em 2008, que abarcavam uma área total de 4.037.667 hectares, números bastante expressivos considerando-se que não abrangeu o “período da corrida por

terras” após crise de 2008. Deve-se ressaltar que mais de 83% desse total são imóveis classificados como grandes propriedades (acima de 15 módulos fiscais).

Utilizando diferentes fontes de informações, inclusive pesquisas no SNCR, mas também empresas de consultoria no ramo, os jornais de circulação nacional vêm publicando, desde meados dos anos 2000, dados sobre este processo de aquisição de terras por estrangeiros no Brasil. Em matéria do dia 02/11/2010, a partir de análises do Cadastro do INCRA, a Folha voltou a divulgar o avanço sobre as terras pelo capital estrangeiro. Segundo a reportagem, “empresas e pessoas de outros países compram o equivalente a 22 campos de futebol em terras no Brasil a cada uma hora. Em dois anos e meio, os estrangeiros adquiriram 1.152 imóveis, num total de 515,1 mil hectares”.

Este interesse global por terras (relativamente abundantes) da América Latina (especial destaque ao Brasil, Argentina e Uruguai) e da África subsaariana tem provocado uma elevação dos seus preços. Constatado pelo citado estudo do Banco Mundial, o aumento de preço das terras brasileiras também vem sendo regularmente anunciado pela grande imprensa. No entanto, não há estudos sistemáticos capazes de oferecer um panorama nacional – ou mesmo regional – das transações e preços, sendo que as notícias são ilustradas com levantamentos de casos exemplares e dados locais, municipais ou regionais.

Segundo o jornal O Valor, os projetos sucroalcooleiros implantados entre 2008 e 2010 provocaram a valorização das terras nas regiões de expansão dos cultivos de cana-de-açúcar, especialmente nas novas “fronteiras”, localizadas principalmente nos Estados de Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, com índices que chegam até a 33% de majoração nos preços. Dados sobre o comportamento do mercado de terras, calculados pelo Instituto FNP para várias regiões brasileiras, corroboram as informações da imprensa sobre aumentos nos preços dos imóveis rurais em áreas de expansão das monoculturas (soja e cana, sobretudo).

Por outro lado, é fundamental ter presente que parte significativa dos investimentos estrangeiros é financiada com recursos públicos, especialmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO). Estes empréstimos e incentivos fiscais estão sendo alocados principalmente em regiões de expansão do cultivo de cana e produção de etanol (Centro-Oeste) e soja (Centro-Oeste, Amazônia, Bahia e Tocantins).

O crescente volume de aplicações estrangeiras em terras brasileiras tem sido objeto de manifestações contrárias, inclusive, de segmentos representativos do chamado “agronegócio” brasileiro, bem como de editoriais da grande imprensa. É interessante notar que mesmo nesses setores que advogam uma perspectiva “pró-mercado”, há claramente uma posição de alerta com a quantidade de terras sendo adquiridas por estrangeiros, distanciando-se portanto das recomendações do estudo do Banco Mundial, mais voltado a explorar as janelas de oportunidades dessas novas áreas por meio do que vem sendo denominado de “investimentos responsáveis”.

Em uma perspectiva distinta, o Executivo Federal, a partir da preocupação com uma possível perda de soberania territorial, solicitou que a Advocacia Geral da União (AGU) fizesse uma revisão do Parecer GQ nº 181, publicado em 1998, que desmobilizou qualquer forma de controle efetivo sobre a aquisição de terras por parte de empresas estrangeiras no Brasil. De acordo com os termos do documento da AGU, desde os pareceres anteriores, de 1994 e 1998, “...o Estado brasileiro perdera as condições objetivas de proceder a controle efetivo sobre a aquisição e o arrendamento de terras realizadas por empresas brasileiras cujo controle acionário e controle de gestão estivessem nas mãos de estrangeiros não-residentes no território nacional”.

Diante da conjuntura atual de uma crescente demanda por terras e da constatação de que o INCRA não possui mecanismos concretos para efetuar um controle adequado das compras de imóveis rurais, o grupo de trabalho formado para avaliar tal situação concluiu que era necessária a “revisão dos pareceres de modo a dotar o Estado brasileiro de melhores condições de fiscalização sobre a compra de terras realizada por empresas brasileiras controladas por estrangeiros”.

A AGU publicou então o Parecer nº LA-01, de 19 de agosto de 2010, o qual reestabeleceu possibilidades para limitar, ou melhor, para regulamentar os processos de estrangeirização das terras no Brasil. Este documento legal retoma a Lei nº 5.709, de 1971, afirmando que a mesma deve ser acolhida pela Constituição de 1988. Esta lei foi criada para regulamentar a compra de terras por estrangeiros, estabelecendo o limite máximo de compra em 50 módulos (art. 3º), sendo que a soma das propriedades de uma pessoa estrangeira não pode ultrapassar a um quarto ( $\frac{1}{4}$ ) da área do município (art. 12).

Sem desmerecer a importância jurídico-legal de tal parecer, cujo anúncio causou boa

impressão em determinados circuitos internacionais ao mostrar a possibilidade de ação efetiva do Estado em área tão estratégica, a solução do problema não se materializa com a referida publicação. Primeiro, há problemas no próprio conteúdo da Lei 5.709 como, por exemplo, o limite de 50 módulos ou a restrição a um quarto da área do município, pois há municípios imensos no Brasil, especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, principais alvos da busca por terras e expansão do agronegócio. No entanto, tal iniciativa, abre um caminho para que essa discussão ganhe maior espaço e amplitude no país.

A problemática fundiária transcende em muito ao problema do “land grabbing”, que pode envolver desde a “grilagem ou arresto de terras” até transações comerciais propriamente ditas, uma reação aos efeitos negativos da corrida por terra e a conseqüente estrangeirização. É fundamental não esquecer os históricos níveis de concentração da propriedade da terra no Brasil, novamente corroborados pelo Censo Agropecuário de 2006. Essa concentração fundiária não será revertida somente com adoção de mecanismos de controle da aquisição de terras por estrangeiros, pois a esmagadora maioria das grandes propriedades está nas mãos de poucos brasileiros, o que torna cada vez mais urgente a adoção de políticas redistributivas e de ordenamento territorial, como, por exemplo, a reforma agrária e o reconhecimento das terras pertencentes à populações indígenas e tradicionais.

*Sérgio Sauer é professor da Universidade de Brasília (UnB), na Faculdade de Planaltina (FUP) e na pós-graduação do Propaga e Relator Nacional do Direito Humano a Terra, Território e Alimentação - Plataforma DhESCA Brasil.*

*Sérgio Pereira Leite é professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e Coordenador do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA)*



## **Lula deixa Brasil com menos desmatamento, mas lei está ameaçada** – Sítio Eletrônico do MST – 28/12/2010

O grande trunfo da área ambiental nos oito anos de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é a queda do desmatamento na Amazônia Legal. Em 2010, o bioma perdeu 6.451 quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>) de floresta, chegando à menor taxa em 23 anos de monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Em 2003, primeiro ano do governo Lula, o desmatamento atingiu 25,3 mil km<sup>2</sup>.

Por trás da redução do desmatamento estão as políticas adotadas pelos ex-ministros do Meio Ambiente, Marina Silva e Carlos Minc, principalmente a ampliação de operações de fiscalização, a criação de áreas protegidas em regiões críticas e as medidas de restrição ao crédito para os desmatadores.

Além da Amazônia, a gestão de Lula o governo passou a monitorar outros biomas e a partir de 2011 deve ter dados comparativos anuais para direcionar e avaliar as estratégias de combate ao desmatamento em todas as regiões do país.

Na conta ambiental do governo Lula também entram o aumento da produção e uso de biocombustíveis – principalmente o etanol – e a criação de áreas protegidas. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), cerca de 75% dos 700 mil km<sup>2</sup> de áreas protegidas criadas em todo o mundo desde 2003 estão localizadas em território brasileiro.

Para o diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Paulo Moutinho, a posição do Brasil na negociação internacional sobre mudanças climáticas também avançou durante o governo Lula, em especial no segundo mandato. O país reviu posições conservadoras, assumiu compromisso internacional de reduzir as emissões de gases de efeito estufa até 2020 e criou uma legislação nacional para o setor.

“No início do governo Lula havia muita resistência do Brasil em tratar da questão da mudança do clima de forma mais proativa, era um discurso mais defensivo. Passamos de uma posição extremamente conservadora e cautelosa para outra de liderança”, disse.

Apesar dos números positivos, a política ambiental dos

últimos anos foi marcada pela ambiguidade, na avaliação de ambientalistas. No centro da contradição está o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado para espalhar grandes obras de infraestrutura pelo país, muitas vezes à revelia da conservação ambiental e do interesse de populações tradicionais.

O licenciamento ambiental foi palco de disputa entre técnicos e políticos e motivou seis ações do Ministério Público Federal (MPF) questionando a legitimidade das autorizações concedidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em oito anos, o embate entre a área desenvolvimentista e o Ministério do Meio Ambiente veio a público em episódios como os impasses para o licenciamento ambiental das hidrelétricas do Rio Madeira, em Rondônia, e mais recentemente da Usina de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará.

Na avaliação do assessor de Políticas Indigenista e Socioambiental do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Ricardo Verdum, os conflitos socioambientais por causa de grandes obras são o maior passivo ambiental do governo Lula. “Nesses anos se observou um relativo desrespeito às populações atingidas. As comunidades têm sido desconsideradas, desrespeitadas e manipuladas no processo”, afirmou.

Ao fim do governo Lula, outra ameaça para as conquistas ambientais dos últimos anos ganhou força com a tentativa de aprovação da flexibilização do Código Florestal. A base governista nunca se posicionou diretamente contra as mudanças na lei e no apagar das luzes do ane legislativo, o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), tentou negociar a votação do projeto para agradar a bancada ruralista.

**Governo avança, mas não acaba com trabalho escravo** – Sítio Eletrônico do MST – 28/12/2010

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva avançou, mas não implementou as

reformas necessárias para erradicar o trabalho escravo, concluiu o relatório *Direitos Humanos no Brasil 2010*, elaborado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. A publicação divulgada no dia 7 de dezembro salta que “o crime da escravidão contemporânea não foi superado após 2003, mas, ao mesmo tempo, reconhece-se que o atual governo agiu mais que os anteriores”.

Entre as medidas adotadas pelo governo, o relatório destaca o aumento do número de fiscalizações promovidas pelo Ministério do Trabalho. De janeiro a 17 de agosto de 2010, o ministério realizou 69 operações de fiscalizações, inspecionou 168 estabelecimentos e resgatou 1.479 trabalhadores.

Associado a isso, foi criado o cadastro que impede o acesso das empresas flagradas explorando o trabalho escravo a empréstimos em bancos públicos. Ações que “foram incrementadas, pelos signatários do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, restrições comerciais às empresas que constassem no cadastro do MTE”.

O artigo assinado pelo coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ricardo Rezende Figueira, ressalta ainda a importância de outras medidas do Executivo. O autor lembra as 820 mil crianças atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Além do empenho da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e da Comissão Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae).

Mesmo assim, Rezende aponta a necessidade de avanços para a superação da escravidão no país. Como ponto central, ele critica o fato de não ter sido concretizada a reforma agrária. “Uma reforma ampla daria consistência a novas relações no campo e evitaria a escravidão e o alto grau de exploração contra os trabalhadores rurais”.

O aumento da eficiência dos “aparelhos repressores do Estado” é também condição necessária, segundo o pesquisador, para derrotar o problema. “A Polícia Federal, por exemplo, deveria instaurar os inquéritos que levariam às ações penais, e não restringir sua atividade à proteção dos servidores públicos nas operações de fiscalização”.

O estudo também critica a “timidez e ineficiência da Justiça”

para condenar os envolvidos com a escravidão. O que resulta, de acordo com ele, em um número muito baixo de condenados frente ao tamanho das denúncias.

Faltou ainda, na opinião do especialista, mais pressão por parte dos movimentos sociais. Segundo Rezende, os representantes da sociedade civil perderam oportunidades de pressionar a Secretaria de Direitos Humanos durante as últimas reuniões do Conar.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

**Apoio**



**actionaid**



**nead**

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

